

ANÍSIO TEIXEIRA: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA

Prof. Dr. Paulo Roberto Andrade de Almeida
DFIME/NEAD/UFSJ
E-mail: pandrade@ufsj.edu.br

Resumo: O objetivo do presente artigo é apontar as principais contribuições do pensador Anísio Teixeira para a educação brasileira. Através do estudo de algumas de suas principais obras, pretendemos demonstrar seu entendimento de que a educação de qualidade não é um privilégio de poucos, mas um bem ou um direito, estreitamente ligado à dignidade da pessoa humana e às necessidades da sociedade moderna. Sua concepção de educação quer, em última instância, superar o modelo tradicional, baseado na perspectiva colonialista, para inserir o cidadão brasileiro nos rumos do industrialismo, fazendo da escola uma instituição que prepara o indivíduo para a vivência da democracia.

Palavras-chave: Anísio Teixeira; Educação; Escola; Democracia.

Introdução

A obra de Anísio Teixeira se inscreve entre as dos mais importantes pensadores da educação no Brasil. Escrita, basicamente, nas décadas de 1930 e 1950, encontra-se atrelada aos grandes problemas do seu tempo e às preocupações que inquietavam os intelectuais da época. É notório seu vínculo com a construção da nação brasileira, com o desenvolvimento industrial do país, com a adoção do método científico e da técnica e, finalmente, com a democratização. Preocupações de caráter cultural e civilizatório. Anísio Teixeira ocupa, ao lado de outros grandes nomes, o lugar de renovador e modernizador de toda a produção intelectual do Brasil e via toda a possibilidade de reconstrução nacional, a partir de ações voltadas para a escola.

A ideia de escola como processo de construção e transformação da cultura, de estímulo à mudança permanente e de meio, enfim, de reconstrução social caracteriza seu pensamento e sua obra, que busca na mudança da educação os meios necessários para mudança da sociedade, fazendo-a ingressar na civilização industrial moderna. Dissemina valores e modelos sociais baseados na razão e na ciência. O progresso do indivíduo, segundo suas capacidades e sua conseqüente ascensão cultural e social, foi um projeto articulado nos anos 1930 e retomado duas décadas mais tarde.

O retardamento do futuro, segundo Anísio Teixeira, devia-se à permanência no país de um sistema escolar tradicional, que atendia aos interesses classistas das elites dominantes e à ausência de quadros intelectuais capazes de produzir o pensamento, a ciência, a tecnologia, a literatura, a arte, de que necessitava a sociedade brasileira para se colocar ao lado das grandes nações.

A ideia de inserção dos brasileiros nos rumos de uma sociedade democrática e igualitária se pautava pela necessidade premente de salvação nacional, ainda nos anos 1950. Tratava-se de colocar o povo brasileiro nos horizontes da sociedade moderna, da sociedade industrializada, na qual a ciência e a técnica conduziram a ação humana à civilização.

Para Anísio Teixeira, os problemas do seu tempo relegaram a segundo plano a educação (TEIXEIRA, 1976, p. 165). Disso decorria um suposto progresso econômico, que não apresentava o concomitante desenvolvimento da democracia, condição de existência das sociedades modernas. Em *Educação no Brasil*, ele manifesta sua preocupação:

acompanhamos, de certo modo, a transformação política do mundo. Vamos acompanhando, mal ou bem, a sua transformação econômica e técnica pelo menos na utilização de seus inventos e novos instrumentos; mas não acompanhamos a transformação institucional, que foi, sobretudo, uma transformação no campo educacional, a transformação escolar (TEIXEIRA, 1976, p. 134).

Tal situação seria explicada como resultado de um modo de desenvolvimento contaminado pelas *forças do atraso*, pautadas na manutenção de um hiato entre pensamento e ação. Para Teixeira, as ideias não criavam a realidade, mas fortaleciam os elementos, em germe na sociedade, que indicavam a direção da ciência, da democracia, que exigiam sua efetivação sob a forma de tecnologia institucional. Logo, se as instituições brasileiras não fossem fecundadas pelas ideias, por aquelas ideias reconstrutoras, não se poderia atribuir aos intelectuais a responsabilidade pelo seu fracasso ou inadequação de suas ideias à realidade.

Para melhor entendermos o pensamento deste grande reformador social, cujo trabalho se debruça sobre a educação do povo, como um todo, é preciso que busquemos uma boa compreensão de suas concepções de cultura, civilização, educação, escola, intelectual, professor e universidade. Concepções que se encontram de modo muito claro nas suas obras redigidas nos anos 1930 e 1950, especialmente.

1. Sociedade e Educação

Na perspectiva modernista e modernizadora de Anísio Teixeira, pode-se observar que ele pensa a história do Brasil dualisticamente: todo o período que antecede a década de 1930 seria marcado pelo atraso e pelo modelo arcaico, tradicional e elitista de educação, uma cultura de base livresca, acadêmica, retórica, ornamental, contrapondo-se ao momento pós-30, que começa a respirar ares de renovação.

Com efeito, a revolução de 1930 teria sido um marco – embora se registrassem situações episódicas já na década anterior – do tipo de desenvolvimento econômico e político que vinha ocorrendo no Brasil. Caracterizando o momento anterior como permanência da herança colonial, Anísio Teixeira parece descartar as suas possibilidades culturais, científicas e civilizatórias em nome de um projeto de reconstrução que, inclusive por suas próprias experiências no aparelho de Estado (na Bahia e no Distrito Federal), inauguraria uma nova era nacional.

Adota como paradigma a sociedade industrial, especialmente a norte-americana, onde estudara. Vale-se dessa experiência para suas análises comparativas entre a sociedade oligárquica, arcaica e tradicional, vigente no Brasil e uma sociedade diferente, apontada como organização social orientada pela inteligência.

A civilização era técnica. E o Brasil, ancorado às suas tradições literárias, próprias das profissões liberais e da administração política do Estado, precisaria "readaptar a civilização ocidental ao nosso meio e às nossas tradições" – declara o pensador em *Educação para a democracia* (TEIXEIRA, 1953, p. 29). Portanto, Teixeira trabalhava a partir da tese de que se tínhamos tradições, não tínhamos civilização, posto que não nos situávamos nos horizontes da ciência moderna.

Apesar de todos os obstáculos interpostos por nosso passado aristocrático e colonial, pelas *forças do atraso*, o Brasil dava seus primeiros passos nesta direção. Forças sociais emergentes teriam obrigado o Estado a envidar esforços neste sentido. Entre essas forças estavam os intelectuais que, conduzidos a postos públicos, articulavam as ações necessárias à reconstrução proposta.

A verdadeira cultura corresponderia a uma "nova civilização, interpretada, formulada em uma filosofia, uma arte, quiçá em uma nova religião" (TEIXEIRA, 1953, p. 250), cujas raízes estariam fincadas no progresso técnico e científico, próprio da sociedade moderna e industrializada. Este era um ideal a ser implantado no Brasil, pois no período anterior, não se dispunham dos quadros necessários para tanto (cf. TEIXEIRA, 1953, p. 105).

Os quadros intelectuais existentes, formados na perspectiva dos valores culturais oligárquicos, não reuniam condições para produzir uma nova cultura, nem para formar os intelectuais que a produziriam. Este impasse, de certo modo, explicava a permanência das *forças do atraso* e a dificuldade das forças emergentes em tornar hegemônico o seu projeto.

A saída para o impasse foi "buscar, fora do Brasil, elementos para a renovação de nossa cultura e de nossas técnicas" (TEIXEIRA, 1953, p. 25), de um lado e, de outro, estimular a organização de universidades que, superando o ensino superior somente profissionalizante, produzisse os intelectuais demandados pela reconstrução. Anísio Teixeira esteve todo o tempo convencido de que "a história de todos os países que floresceram e se desenvolveram e a história da sua cultura é, hoje, a história das suas universidades" (TEIXEIRA, 1953, p. 101).

As instituições seriam a própria objetivação, no meio social, do pensamento e da experiência humanos. Espécie de prolongamento dos indivíduos, assumindo, sob sua forma, os interesses, as práticas e a razão humanos. Tais organizações ainda não existiam no Brasil de modo acabado. As decisões econômicas e políticas ainda encarnavam os interesses do Estado, da Família e da Igreja.

Em razão disto, Anísio Teixeira daria destaque à institucionalização, como condição de possibilidade de realização da própria democracia. O ponto central do ideal democrático residia no fato de dar a cada cidadão, oportunidades iguais, para que cada um se desenvolvesse pelas suas competências e capacidades individuais.

Nesse modelo de democracia, a posição social não se determinaria por mero interesse político ou de classe, ou pela passagem por uma escola, cujo privilégio estava em promover a ascensão social, mas pelos méritos que cada um demonstrasse possuir. Portanto, caberia ao Estado organizar suas instituições, segundo as necessidades sociais, para atender aos ideais democráticos.

Anísio Teixeira estava convencido de que "só existirá uma democracia no Brasil no dia em que se montar no Brasil a máquina que prepara as

democracias. Essa máquina é a escola pública" (TEIXEIRA, 1953, p. 205). Nessa perspectiva, pode-se entender a ênfase atribuída à instituição escolar. A ela caberia a realização das condições preliminares para a existência democrática, tornando-se ela mesma democrática, via expansão e renovação, a partir de sua adesão ao método experimental, à ciência, à técnica.

A escola funcionava como uma espécie de ancoradouro para várias soluções apresentadas aos problemas nacionais, sobretudo, os da democracia, da civilização e da cultura. Sua função seria transmitir costumes, hábitos, capacidades e aspirações aos indivíduos, para que ingressassem na civilização e a continuassem. A Escola se colocaria, pois, em estreita relação com o modo como o homem existia e pensava e se responsabilizaria pela "a direção e o controle (do) pensamento humano" (TEIXEIRA, 1953, p. 35).

Com essa dupla função - a teórica e a prática - a educação poderia intervir na organização social, realizando o ideário industrializante, visto que pensar era pensar no horizonte da civilização industrial e agir era agir para realizá-la. Educar significaria, então, dar conteúdo civilizatório ao pensamento humano, dirigindo-o no sentido de realizar este conteúdo no plano de cada indivíduo. Logo, socialmente.

Todas essas formulações da década de 1930, querem evidenciar um homem preocupado com as tarefas que propõe para o seu tempo. Talvez, mais do que responder à contemporaneidade, queria dizer o que a contemporaneidade deveria ser. Com tal foco, que caracterizava sua reflexão e atuação, Anísio Teixeira via a chegada dos anos 30 como a possibilidade de a verdadeira intelectualidade brasileira, restrita, organizar a nação sobre novas bases industriais, científicas, técnicas e democráticas.

O próprio Anísio Teixeira falava de uma posição fortemente empreendedora, entre 1931 e 1935, quando foi Diretor da Instrução Pública no Distrito Federal. Ideias que trazia do período em que fora Inspetor Geral do Ensino na Bahia, entre 1924 e 1929. Em fins dos anos 40, também participa do aparelho de Estado, então, como Secretário de Estado da Educação, na Bahia (1947). Refere-se a posturas empreendedoras, reanimado para a luta educacional, em virtude do fim da ditadura Vargas. Vê na redemocratização do governo Dutra a retomada do processo renovador, interrompido com o Estado Novo.

Este processo se configuraria numa espécie de revolução contínua, iniciada nos anos 1920, consensual entre os intelectuais, mas iniciada ou reiniciada com o restabelecimento da federação. A revolução de que fala Anísio Teixeira é a revolução democrática, defendida em nome da ciência, que não se realizara na totalidade, já que a iniquidade e a injusta distribuição de rendas tinham sido as grandes doenças do capitalismo industrial, tal como se desenvolveria, especialmente após 1937.

A evolução histórica trouxera para a cidade as massas do campo, que se tornaram operárias sem formação para tal. Este fato, atrelado à concentração urbana, acabou levando a uma crise das instituições, que não conseguia responder às necessidades sociais.

Nesse contexto sócio-político, econômico e cultural a tese da reconstrução encontra condições de florescer, pois responde a uma demanda do novo. Novo que também exige uma nova escola. Não mais o ensino livresco, ornamental, retórico, próprio das elites dirigentes, que não trabalhavam ou apenas se dedicavam a afazeres leves. As circunstâncias de então passaram a

exigir uma escola que preparasse o indivíduo para os diversos modos de vida da sociedade moderna, cujos obstáculos à sua concretização eram interpostos pela herança monárquica, que a República não conseguira superar em definitivo e que o Estado Novo agravara.

A reconstrução social, por meio da reconstrução educacional, fora proposta justamente pela parte mais culta e lúcida da intelectualidade de São Paulo e Rio de Janeiro, entre 1920 e 1930. Incluía um programa que abrangia a reforma e expansão do ensino primário, a criação de universidades, entre outras, e encontrava nos inquéritos seu método de aprimoramento da escola.

Na perspectiva do pensamento de Anísio Teixeira, a escola deveria educar

trabalhadores comuns, trabalhadores qualificados, trabalhadores especializados em técnicas de toda ordem e trabalhadores da ciência nos seus aspectos de pesquisa, teoria e tecnologia – superando a ideia de que – ser educado escolarmente no Brasil (equivaleria a) (...), não ser operário, não ser membro das classes trabalhadoras (TEIXEIRA, 1977, p. 17).

A tradição escolar brasileira se pautava pela educação de classes. Educação como privilégio, que possibilitava aos indivíduos o acesso às classes mais elevadas. A retomada do projeto renovador traz a ideia, presente já em 1930, de que a escola não pode ter propósito classista, mas sim o de educar a todos – ricos e pobres – "para o trabalho, distribuindo-os pelas ocupações, conforme o mérito de cada um e não segundo a sua posição social ou riqueza" (TEIXEIRA, 1977, p. 29).

Esta escola seria um pilar básico da sociedade democrática, onde todos se educam e se distribuem segundo suas aptidões. De fato, a sociedade não era sem classes, mas estas seriam definidas a partir de uma única base geral e comum dada a todos pela escola. Caberia à capacidade de cada pessoa sua classificação social.

De fato, Anísio Teixeira reconhecia a existência das classes sociais. Buscava, contudo, criar ambiente propício a que acontecesse na escola uma certa *camaradagem* de classes, para que houvesse a "aproximação social e destruição de preconceitos e prevenções" (TEIXEIRA, 1977, p. 72). Para ele, a formação básica e comum do cidadão brasileiro seria necessária "para a sua grande aventura social de construção do Brasil" (Idem, p. 86).

Assim, opunha-se à tese da formação das elites, como vinha acontecendo. Acreditava que a elite se formaria a partir dos méritos demonstrados ao longo da frequência escolar, quando as capacidades individuais iriam se desenvolvendo e selecionando.

A conjuntura de crise institucional, de iniquidades sociais, ao lado do exercício do voto, teria propiciado a formação de uma *consciência de direitos*, tornando o povo *uno e indiviso*, o que o levava a lutar pela educação, mesmo a decorativa. Segundo Teixeira, o "processo inicial de unificação do povo brasileiro" (TEIXEIRA, 1977, p. 64) se havia dado no final dos anos 20 e nos anos 30.

O desenvolvimento industrial teria sido forçado por forças sociais, mas se realizara de modo precário. Se a história não efetivara o projeto, tal como os intelectuais o haviam desenhado, caberia à educação, naquele momento, corrigir

a história, posto que o projeto continuava correto e adequado às demandas da sociedade moderna e democrática.

Os efeitos da forte pressão social exercida sobre as instituições estatais podiam ser observados na expansão desordenada do sistema educacional, com a multiplicação de turnos na escola primária, com professores improvisados, com a equivalência entre os cursos médios e a conseqüente descaracterização da formação do professor, com um ensino superior arcaico, enfim, com um ensino distante daquilo que a sociedade moderna exigia.

A expansão retardada e tumultuária da escola acabou por gerar a dissolução do sistema educacional. Ao se expandir a escola sem as devidas condições físicas, de qualidade, expandiu-se um *equivoco*, onde a educação era vista como mero privilégio e não como "um processo de cultivo de cada indivíduo" (cf. TEIXEIRA, 1977, p. 56ss).

Nos anos 1950, a realidade impunha ao governo brasileiro vencer o desafio democrático de oferecer ao cidadão uma escola primária capaz de lhe dar a formação fundamental indispensável ao seu trabalho comum. Exigia uma escola média capaz de atender à variedade de suas aptidões e das ocupações diversificadas do nível médio e, por fim, uma escola superior capaz de lhe dar a mais alta cultura e, ao mesmo tempo, a mais dedicada especialização (cf. TEIXEIRA, 1977, p. 33).

Estas oportunidades educativas e o redirecionamento do ensino eram necessários para a "plena eclosão de uma cultura" que, sendo regionalizada (diversas subculturas), seria unificada pelos propósitos e aspirações de uma civilização científica, racional, moderna e democrática (Idem, p. 38ss), ajustados à nossa realidade e contra as resistências aristocráticas. A unidade nacional seria, então, o "resultado dinâmico do jogo de forças diversas dentro de um espírito comum" (TEIXEIRA, 1976, p. 332).

Ainda que coubesse à escola, segundo Anísio Teixeira, papel fundamental na articulação da unidade nacional e de sua correspondente cultura, o campo específico do seu conteúdo, ficaria a cargo dos intelectuais, sendo administrado pelo Estado.

O conhecimento científico é que daria conteúdo à escola e dirigiria decisões, ações, liberdades, pois a centralização dessa direção no Estado enrigeceria a cultura. Uma tal direção nasceria no campo do saber, da inteligência, dependentes da autonomia e da liberdade.

2. Funções da educação e formação do professor

No âmbito das funções da educação escolar se apresentam várias matizes que preocupavam a Anísio Teixeira, tais como o problema da democracia, da civilização e da cultura, que se entrelaçam aos problemas relativos ao desenvolvimento industrial.

Não foi sem razão que, nos anos 1930, reivindicou para a escola um papel proeminente nos movimentos revolucionários: "só assim a escola poderá fazer, ela a Revolução, antes que a façam na rua" (TEIXEIRA, 1978, p. 104). Tal aspecto evidencia o caráter atribuído à escola, do ponto de vista de sua centralidade nos eventos que ocorriam no Brasil à época.

Anísio Teixeira via nessa centralidade uma decorrência do fato de que a educação e a sociedade eram processos fundamentais da vida, que se influenciavam mutuamente (cf. TEIXEIRA, 1978, p. 84), razão pela qual deveria

a escola ser uma "réplica da sociedade renovada" (Idem, 1978, p. 37), a preparar as crianças para uma civilização técnica e dinâmica.

Como não estaria a serviço de nenhuma classe social, como era o caso da escola tradicional, poderia promover a democracia, corrigir as injustiças sociais, regular a distribuição social e dirigir o progresso humano. Tais tarefas eram próprias de uma escola voltada a uma outra civilização, íntegra e harmoniosa. Assim, entre escola e civilização havia vínculos indeléveis, visto que a primeira produziria o perfil de homem exigido pela história do país.

Alegava Anísio Teixeira:

(...) logo veremos como as escolas, sejam primárias, secundárias ou superiores, se devem articular dentro do mesmo espírito, para uma preparação de técnicos em todos os graus e ramos, destinados a servir a um período da idade humana de base profundamente científica e caracterização aceitadamente técnica (...) (TEIXEIRA, 1953, p. 27).

Caberia à escola responder às demandas sociais, no que se referia às mudanças econômicas, científicas e tecnológicas, apontando para os novos rumos da cultura e da civilização florescente. Nesse sentido, o problema que interpelava o pensador da educação não era apenas o de expandir a escola vigente, mas o de expandí-la dentro de outra concepção, exigida pelas necessidades reais do Brasil.

Na década de 1930, porém, outros aspectos se agregariam às funções da escola, em razão de estarmos em transição para a democracia, para a sociedade moderna. Vários sinais já haviam despontado nesse horizonte de mudanças, mas não era ainda uma mentalidade generalizada.

Tais circunstâncias atribuiriam à educação escolar o caráter de renovadora, consolidadora e retificadora dos costumes, hábitos e ideias, que se introduzia na sociedade, para implantação de novos meios de trabalho e novas formas de civilização (cf. TEIXEIRA, 1953, p. 66), de modo a aparelhar o indivíduo para compreender e orientar-se neste novo ambiente.

A escola habilitaria o cidadão a participar do regime democrático, sendo seu guia ou, pelo menos, seu colaborador esclarecido (cf. idem, p. 67). Este novo modelo de civilização exigia uma organização escolar eficiente e para todos (cf. idem, p. 142), pelo menos no nível elementar: a finalidade maior de ensinar a ler, escrever e contar caracterizaria, principalmente, o período primário, enquanto o intermediário se ocuparia de modo especial em desenvolver o uso dessas técnicas e enriquecer a bagagem intelectual do aluno (cf. idem, p. 157).

Assim, a escola elementar prepararia o indivíduo de modo mais ou menos amplo, ficando com a escola secundária o ensino mais diretamente técnico, onde a personalidade do adolescente seria *libertada* para todos os tipos de trabalho, inclusive o intelectual (cf. idem, p. 87),

Ambas, escola primária e secundária, deveriam ser articuladas, estabelecendo-se entre elas uma continuidade, bem como entre a escola secundária e o ensino superior, quando fosse possível. Na verdade, tratava-se da ideia de sistema educacional, cara a Anísio Teixeira.

Anísio Teixeira se dizia plenamente consciente da fase de renovação pedagógica que se avizinhava, o que o levou não só a elaborar uma política educacional com ela consoante, como também a constituir os órgãos administrativos e técnicos que a ela dariam suporte.

Foram essas ideias que orientaram a criação, em 1932, da Escola de Professores do Instituto de Educação do Distrito Federal, em 1935 incorporada à Universidade do Distrito Federal, sob a denominação de Escola de Educação.

Segundo Teixeira (1953, p. 184), sua proposta conciliava duas ideias básicas: "estudo das chamadas ciências da educação" e "estudos das matérias que se vão, diretamente, ensinar". Articulando e dando unidade às duas ideias, encontrava-se a prática de ensino porque "se preparam os mestres, fazendo-os aprender e praticar diretamente as matérias que irão ensinar", já que o "magistério é uma arte prática mais do que uma ciência aplicada" (TEIXEIRA, 1953, p. 185).

O privilégio dado à prática de ensino evidenciava-se na existência de anexos à Escola de Educação, onde funcionavam o jardim de infância e a escola primária, cujas funções se assemelhavam a laboratórios. Existiriam ali classes experimentais, para aplicação e desenvolvimento de novos métodos, classes de demonstração, para observação do ensino modelo e classes de prática de ensino, para aplicação dos conhecimentos adquiridos e regência propriamente dita.

A organização dessa Escola de Educação obedecia, pois, ao peso que se dava à prática de ensino e às demais matérias, constituindo-se ela própria em "laboratório de experimentação e ensaio" (TEIXEIRA, 1969, p. 251) na formação do professor.

Entendendo que uma Escola de Educação não poderia restringir-se à formação de professores, propôs ainda "o estudo especializado da Educação, vindo a ser também uma escola de pesquisas educacionais e de cultura superior no ramo" (TEIXEIRA, 1969, p. 252) constituindo-se em polo de irradiação das ciências da educação através de seu Centro de Pesquisas Educacionais. Assim, já se pensava na formação do professor primário, secundário e, posteriormente, na produção de pesquisas e estudos superiores em educação.

Em síntese, o que Anísio Teixeira intencionava, com sua proposta, era alimentar e formar a inteligência humana, através do bacharelado, das licenciaturas primária, secundária e superior e da especialização em educação com os consequentes estudos pós-graduados, fechando o círculo do sistema escolar, do jardim de infância ao ensino superior.

Ele via o Brasil como um país subdesenvolvido e miserável, mas vislumbrava a possibilidade de alcançarmos o estágio de desenvolvimento de outros países, queimando etapas, pois muitas das condições necessárias para tanto, aqui já existiam, como era o caso da própria tecnologia.

As mudanças iniciadas em 1930, eventualmente na década de 20, eram irreversíveis. Já se encontravam em andamento, a despeito das mazelas da iniquidade social. Sintomas desse desenvolvimento eram o encolhimento do planeta, o avizinhamo universal, a observância de formas internacionais de governo, a explosão dos conhecimentos e suas consequentes mudanças tecnológicas, a dependência do homem de uma cultura consciente para viver neste mundo (cf. TEIXEIRA, 1977, p. 155).

Esta realidade impunha ao mestre assustadoras responsabilidades. No plano educacional havia que se resolver o problema, já existente em 30, da universalização da escola, agravado pela complexa tarefa de ministrar a cultura científica moderna, ao lado da de restaurar a harmonia social, para conduzir nossa civilização para um sentido humano (cf. TEIXEIRA, 1977, p. 155).

Não se pedia pouco à educação e ao mestre, a quem caberia libertar o homem de sua escravidão. As transformações econômicas precipitadas não haviam trazido a estabilidade, gerando a necessidade de redimensionamento das instituições que deviam sustentá-la: o Estado, a Igreja, a Família e a Escola. Entre elas, a mais viável de ser reformada seria a Escola, que reformaria as outras – declara Anísio Teixeira, em *Educação não é privilégio*. (cf. TEIXEIRA, 1977a, p. 142).

A batalha educacional (seria) a grande batalha do dia de amanhã" (TEIXEIRA, 1977, p. 124). A batalha referida pelo autor era justamente a entrada numa nova fase da civilização industrial, "com a explosão contemporânea dos conhecimentos, com o desenvolvimento da tecnologia e com a extrema complexidade consequente da sociedade moderna" (TEIXEIRA, 1977, p. 149).

A era da automação, da opulência econômica, dos meios de comunicação poderosos na manipulação das mentes, não poderia coexistir com aquele mestre que formava a criança a partir, apenas, da transmissão de uma cultura que dominava.

3. Universidade e intelectualidade

Anísio Teixeira observa que quatro instituições são indispensáveis a um povo, qualquer que seja o período histórico em que vive: a família, o estado, a igreja e a escola. Entre elas, a que gozava de maior autonomia seria a escola, que *humanizava* e *socializava* o homem, resgatando a história da humanidade, pelo resgate de sua própria história, além de revitalizar as demais instituições (cf. TEIXEIRA, 1953, p. 98).

De certo modo, atribui à universidade maior importância que às escolas elementar e secundária, pois dela partiria a adequada formação dos profissionais, que atuariam nos níveis anteriores, pois sua missão era coordenar a irradiação do pensamento e a vida espiritual do Brasil (cf. TEIXEIRA, 1953, p. 103ss). Embora, é certo, tinha grande estima pelo ensino fundamental, que daria as bases de alfabetização ao povo brasileiro, condição inestimável de cidadania.

Sob a ótica de Anísio Teixeira, não havia como fugir da idéia universal de democracia, válida para qualquer país, nem da perspectiva de civilização moderna, com base na ciência, adaptadas, contudo, à índole brasileira e às condições objetivas locais. Tais tarefas seriam incumbência da universidade e do intelectual, este ainda inexistente, em razão do atraso político e mental, da herança colonial e de um modelo de educação obsoleto (cf. TEIXEIRA, 1953, p.106).

Portanto, a educação seria a garantidora do avanço da sociedade, movido por visões científicas e técnicas e não por interesses de classe. Esta era a pretensão da Universidade do Distrito Federal que, através de sua Escola de Educação, visava preparar os professores do ensino primário e secundário, bem como, pelo seu Centro de Pesquisas Educacionais, produzir pesquisa na área das ciências da educação. No caso específico da educação, Anísio Teixeira entendia que as faculdades de educação, de letras e de ciências deveriam ser instaladas não apenas para o processamento da formação de todo o magistério, mas também para, em cursos de pós-graduação, produzir a pesquisa em educação e o pensamento mais avançado na área.

Embora conferisse às universidades, particularmente às faculdades de filosofia, ciências e letras, papel preponderante na formação para o magistério, não era obra de pedagogos a grande reconstrução nacional. Era, sim, "obra

eminentemente política para a qual devem contribuir todos os homens de pensamento que dirigem, de fato, a sociedade" (TEIXEIRA, 1953, p. 210).

Originara-se deste ideário a fundação das duas universidades brasileiras – a Universidade de São Paulo, em 1934 e a Universidade do Distrito Federal, em 1935 – dignas desse nome. Entre 1930 e 1950 muitos fatos ocorreriam com relação à universidade brasileira. Merecem, porém, destaque o fechamento da UDF, em 1937 e a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931.

Para Anísio Teixeira, o ensino superior tornara-se mais uma busca de prestígio do que de eficiência e, mesmo assim, sua expansão havia sido incoercível, como no secundário, formando quadros em número superior às condições de absorção pelo mercado e de remuneração.

A missão da universidade não se realizara. Não criara no país a inteligência esclarecida, "o mais eficaz instrumento da unidade nacional e esse esclarecimento só pode ser conseguido no regime de liberdade democrática" (TEIXEIRA, 1976, p. 341).

Além disso, Anísio Teixeira pensava numa universidade independente e autônoma. Condição mediante a qual se poderia configurar como matriz da sociedade contemporânea que, pela guarda, transmissão e promoção do saber e da experiência, atuaria sobre as outras instituições – inclusive o Estado – e não a elas se subordinaria. Apenas assim poderia promover o progresso, o saber, a sociedade moderna. À universidade caberia formar verdadeiras e autênticas elites, desenvolvendo os mais capazes, saídos do sistema fundamental, comum e popular de educação.

Isto conferiria às elites novas qualidades, tendo em vista que não o seria por privilégios de classe, mas por méritos largamente avaliados e reconhecidos. Não que não existisse qualquer vida inteligente no país.

Nesta mentalidade, a ideia de democracia era essencial e fundava-se no "espírito de unificação e de destruição dos dualismos intelectuais" (TEIXEIRA, 1976, p. 72), encobridores dos dualismos sociais. Só aparentemente este grau de ensino seria desinteressado, pois se desejava que, através da confiança na razão, conduzisse pacificamente a vida humana, a introdução do Brasil na civilização industrial e democrática e a construção de uma cultura brasileira.

Diferentemente dos anos 30, Anísio Teixeira entendia que não se poderia encomendar a nova cultura de que precisamos. Ela terá que vir como resultado de uma consciência mais aguda e mais inspirada do curso mesmo dos acontecimentos. E a universidade, de modo especial e, a rigor, todo o processo educacional deverão esforçar-se por ajudar a trazer à luz o novo estado de espírito e a nova interpretação da vida, necessária para as novas condições, novas contingências e novos progressos. (TEIXEIRA, 1977, p. 145). Portanto, via uma estreita vinculação entre a superioridade dos fins universitários e as demandas objetivas da realidade social.

Para Anísio Teixeira, contudo, não parecia "justa a gratuidade do ensino superior, salvo se já estivessem plenamente resolvidos os problemas da educação popular primária e os do preparo de nível médio, na proporção e qualidade consideradas necessárias ao desenvolvimento do país" (TEIXEIRA, 1976, p. 103). Para quem demonstrasse aptidões, mas não tivesse recursos, o Estado ou entidades privadas poderiam conceder bolsas de estudos. Esta universidade não seria para todos.

Defendia uma universidade livre, autônoma e independente em relação aos poderes públicos, mesmo que mantida, avaliada e administrada pelo Estado. A este caberia fixar objetivos e condições mais gerais e exteriores à universidade. Mas os processos, currículos e condições de ensino – objetivos internos, – deveriam ser determinados por professores e especialistas do ensino, consoantes à "grande tarefa de construção da cultura brasileira, a flor mais alta da sua civilização" (TEIXEIRA, 1976, p. 46) e contra as ainda existentes resistências aristocráticas.

A qualidade do ensino superior encontraria em sua autonomia ingrediente essencial, reservando-se ao Conselho Universitário o poder deliberativo e ao Reitor poderes executivos e disciplinares. O governo federal poderia estabelecer suas regras gerais de funcionamento, mas o ensino seria livre, pois a lei não poderia decidir em questões de saber ou de consciência profissional.

A escola primária seria comum, para todos. À universidade deveriam dedicar-se os que optassem por uma vida de estudos ou os que pudessem fazer formação profissional em nível superior, ambos examinados devidamente.

Ao professor caberia preparar o brasileiro comum para o progresso da ciência e da técnica, pois sua ausência é que levava à subversão. "O problema da educação é, por excelência, o problema de ordem e de paz no país" (TEIXEIRA, 1976, p. 146) afirmava Anísio Teixeira.

Referências

- TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação e o mundo moderno**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977
- _____. **Educação não é privilégio**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1977a. (Atualidades Pedagógicas, v. 130).
- _____. **Educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1976,
- _____. **Educação para a democracia: introdução à administração educacional**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1953.
- _____. **Escolas de Educação**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 51, n. 114, p. 239-259. abr./jun. 1969.
- _____. **Pequena introdução à filosofia da educação**. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

ANÍSIO TEIXEIRA: PHILOSOPHY OF EDUCATION AND DEMOCRACY

Abstract: The goal of this article is to point out the main contributions of the thinker Anísio Teixeira to Brazilian education. Through the study of some of his major works, we intend to demonstrate his understanding that quality education is not a privilege of a few, but a good or a right, closely linked to the dignity of the human person and the needs of modern society. Its conception of education wants, in the last instance, to overcome the traditional model, based on the colonialist perspective, to insert the Brazilian citizen in the directions of industrialism, making the school an institution that prepares the individual for the experience of democracy.

Keywords: Anísio Teixeira; Education; School; Democracy.